



MOÇÃO

CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

Comemora-se, no próximo dia 5 de Outubro, um século sobre a Revolução que instaurou a República, regime político democrático cujos fundamentos assentam unicamente na soberania popular e no voto directo e secreto de cidadãos livres e iguais em direitos e deveres.

O 5 de Outubro de 1910 pôs fim ao regime monárquico e ao suposto “direito divino” da realeza que sustentava os privilégios da aristocracia. Por isso mesmo, a República estabeleceu também o princípio do Estado laico e a separação entre o Estado e a(s) igreja(s), como garante da liberdade religiosa ou anti-religiosa e da igualdade entre as diversas confissões.

Apesar das limitações na prática do sufrágio universal – só votavam os alfabetizados, cerca de 20% da população e os “chefes de família”, o que excluía as mulheres – o regime republicano representou um enorme avanço e uma abertura política na vida dum país com quase oito séculos.

Assim, a República foi palco de intensa disputa política de diferentes interesses e concepções: associações patronais e sindicais, com destaque para os assalariados rurais do Alentejo; reacção monárquica contra os republicanos e, entre estes, uma crescente diferenciação entre esquerda e direita; concepções patriarcais contestadas pelas primeiras feministas – Carolina Beatriz Ângelo, Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete e Maria Veleda, entre outras - que lutaram pelo direito de voto e de participação cívica das mulheres.

Maria Carolina Frederico Crispim, com o pseudónimo literário de Maria Veleda, professora e escritora, desenvolveu intensa actividade propagandista por “um mundo de Fraternidade, um mundo liberto de injustiças”. Aderiu aos métodos da escola moderna, defendendo uma educação integral e uma formação idêntica para os dois sexos e manifestando preocupação pela ausência de uma política educativa que promovesse a escolarização da população feminina.

Na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, ajudou à criação da “Obra Maternal” para dar protecção e educação a crianças sem família, abandonadas ou vítimas de maus tratos, à qual presidiu e para a qual escreveu e representou peças de teatro. Liderou o movimento associativo dos professores do ensino livre.

Em Serpa, participou na revista mensal de etnografia “A Tradição”, dirigida por Ladislau Piçarra e Manuel Dias Nunes. A partir de 1908, escreveu em periódicos como “A Capital”, “A Pátria”, “A República”, “O Século” e “O Tempo”. Em 1910 dirigiu a revista “A Mulher e a Criança” e o jornal “A Madrugada”. Como escritora publicou, ainda em Serpa, em 1904, contos para crianças com o título “Cor-de-Rosa”. Em 1909, fez publicar uma Colectânea de Discursos. Em 1911, foi uma das poucas mulheres delegadas ao Congresso do Partido Republicano.

Perante esta Assembleia Municipal de Serpa, destacamos a luta e a figura de Maria Veleda, feminista e professora, já que a Educação e a criação da escola pública e universal foi uma marca e uma das principais realizações da República para a promoção da cidadania.



Como se sabe, a primeira República caiu, a partir do golpe militar de 28 de Maio, dando início a 48 anos de ditadura fascista. A República foi derrotada, fruto de contradições que não conseguiu superar e das quais destacamos: o divórcio com a base popular que garantira o seu triunfo em 1910 e até a repressão violenta sobre o movimento operário e sindical; a carestia de vida que causou enorme descontentamento, enquanto as elites se afogavam em escândalos de corrupção; e, sobretudo, a participação de Portugal na I Guerra Mundial, para garantir as colónias na futura partilha imperialista, à custa de enorme mortandade e de epidemias como o tifo – aliás, da Guerra emergiu a ditadura de Sidónio Pais, predecessora do salazarismo.

Nos últimos anos da I República, houve tentativas de corrigir o défice social e de alargar a sua base de apoio popular, nomeadamente com a criação do partido Republicano da Esquerda Democrática que teve figuras destacadas do nosso distrito, como Ezequiel do Soveral Rodrigues. A Esquerda Democrática, em aliança com o jovem Partido Comunista Português e apoiando-se em associações de classe como os sapateiros e os trabalhadores rurais, de forte influência anarco-sindicalista, chegou a ganhar eleições em Vale de Vargo.

A República vendeu cara a derrota. E a resistência ao fascismo não esmoreceu, em particular no Alentejo e no concelho de Serpa. Da derrota de 1926 tirou lições a Constituição da República Portuguesa, saída do 25 de Abril, ao instituir o sufrágio verdadeiramente universal e ao inscrever no seu texto os direitos dos trabalhadores e das mulheres, no quadro de uma democracia política, representativa mas também participativa, económica, social, cultural e ambiental, um espaço de cidadania livre de qualquer discriminação.

Ontem como hoje, estes ideais estão ainda longe da sua plena concretização. Apesar disso e até por isso mesmo, os valores e ideais democráticos da República e da Constituição são uma bússola para enfrentar e vencer os desafios e as lutas do presente.

Assim, a Assembleia Municipal de Serpa, reunida em 27 de Setembro de 2010, delibera:

- 1 – Saudar a data histórica de 5 de Outubro de 1910 e a proclamação da República.
- 2 – Homenagear todas as figuras do concelho de Serpa que se destacaram na defesa dos ideais republicanos e democráticos.

Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda e aprovada, por maioria, com 9 abstenções do PS e PSD e 17 votos a favor da CDU e BE